

A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NOS ESPAÇOS DA CIDADE

Larissa Franco de Mello Aquino Pinheiro - Doutoranda PPGE/Ufes

larissafma@gmail.com

Introdução

A nossa investigação tem como objetivo geral compreender as práticas sociais e culturais das crianças por meio de suas experiências nos espaços públicos da cidade de Vitória/ES, na virada do século XIX para o século XX, mais especificamente na denominada Primeira República (1889-1930). Em continuidade, atualizamos a temática até nossos dias como forma de identificar como esses processos introduzidos na primeira fase do período republicano ainda se fazem presentes em nossas vivências e práticas cotidianas.

Dentro do movimento higienista instalado em instituições médicas, escolares e jurídico-policiais a partir dos ideais republicanos, identificamos que as crianças foram afetadas em seus modos de se viver e habitar os espaços das cidades em urbanização (CARVALHO, 2017). Para as autoridades da época, as ruas eram consideradas o local do ócio, da imoralidade e do crime, onde se reproduziam formas de sobrevivência marginais em permanente e contundente exposição, sendo assim consideradas inapropriadas para as crianças (RIZZINI, 1997).

Todavia, essa afirmação das ruas da cidade como um espaço avesso às crianças parece contradizer a sua histórica presença nos espaços urbanos. Por meio de imagens disponíveis, na passagem do século XIX para o século XX, no Brasil, foi possível identificar que o plano onde a criança está situada, permite outras possibilidades de reflexão pouco evidenciadas nos estudos acerca da presença das crianças nos acontecimentos da cidade. A partir dessa problemática, nossa investigação pretende avançar nessas discussões, tendo como fio condutor a interface entre a cidade, a criança e a educação.

Segundo Paulilo (2011), por conta do surgimento do urbano, os programas escolares foram modificados, tendo a educação como eixo do progresso, cujo objetivo era apontar o lugar da escola na cidade. Nesse período se privilegiavam medidas de controle

e organização das crianças e das instituições educativas que tinham dentre outros objetivos: a preocupação disciplinar, o programa civilizador e o vigor do aparelho escolar. Dessa forma, a escola se apresenta como um espaço por excelência de socialização, despontualizando a presença das crianças nas ruas das cidades.

Metodologia

Nossa investigação tem como contexto a cidade de Vitória/ES, entre 1889 e 1930, no período em que se identificava uma política de desenvolvimento urbano que beneficiava o capital comercial sediado na cidade. Ao mesmo tempo em que se verificava mudanças nos espaços da cidade, ocorriam alterações nos modos de vida dos seus moradores, em especial das camadas populares que foram suprimidas dos benefícios do processo de modernização.

A partir dessa problemática identificamos os seguintes objetivos específicos na investigação: a) apresentar como o papel da escola no contexto da cidade republicana despontualizou a presença da crianças nas ruas das cidades; b) analisar como as fontes textuais e imagéticas, sobretudo das fotografias, revelam a presença das crianças nas ruas das cidades brasileiras; c) mostrar como a cidade de Vitória/ES, considerada uma cidade provinciana, também se alinhou às tendências modernizadoras ditadas pela Capital Federal.

Em termos metodológicos, a nossa investigação é qualitativa de abordagem exploratória (GIL, 1989). Utilizamos a pesquisa documental como forma de encontrar essas narrativas, recorreremos a fontes primárias e secundárias referentes ao período pesquisado, encontradas em acervos públicos como relatos de jornais e fotografias de época, dentre outras, como forma de fazer o (re)trato das crianças e a cidade. A partir desse entendimento, a possibilidade desse tipo de investigação nos permite encontrar pistas que não são perceptíveis ao primeiro olhar, mas que concedem sentido social ao material produzido.

Segundo Ciavatta (2002, p. 42) “[...] trata-se de um trabalho refinado de pesquisa empírica de dados ou de documentação, de cuidadosa reflexão para ir muito além do aparente, do visível, do diretamente compreensível”. Também nos baseamos nas contribuições de Martins (2017) que chama a atenção para aquilo que está no limite e à

margem, como possibilidade explicativa das contradições da sociedade brasileira por meio de uma leitura sociológica de fatos e fenômenos sociais.

Também tensionamos o conceito de espaço, a partir de Lefebvre (2016) enquanto resultado do produto social, ou seja, considerando a cidade a partir de elementos históricos ou naturais, mas sobretudo política e ideologicamente. Ainda tomamos a cidade como uma experiência que se debruça em uma interpretação que procura o momento histórico vivido, refletindo sobre as contradições e paradoxos do homem e da cultura moderna. Por isso, revisitamos esse trecho da história brasileira, sob perspectiva da História Cultural, História da Educação, da Sociologia da Infância e da Filosofia Política.

Sabemos que muitas fotografias foram produzidas durante o período republicano como forma de documentação das transformações urbanas, do estilo arquitetônico e da moda da época. O governo Jerônimo Monteiro (1908-1912) encomendava fotografias de vistas e paisagens, gerando um acervo de imagens que se transformaram em memória simbólica, construindo uma “[...] concepção de tempo histórico que se desdobra em pensamento e se transforma, ainda, numa espécie de testemunho do ser histórico” (LOPES, 2004, p. 121). É a partir desse acervo que analisamos a presença das crianças nas ruas da cidade.

Resultados e discussões

Quanto aos resultados até o momento, identificamos que as fotografias, sobretudo encontradas nos álbuns governamentais, apontam para a presença de crianças em vários contextos da cidade: nas obras, nas calçadas, nos comércios, nas fábricas, nas missas campais, nas inaugurações, nas solenidades, nas apresentações, nos desfiles, etc. Segundo as pesquisadoras Gomes e Gouvea (2008, p. 52) “[...] a rua afirma-se como espaço do trabalho, circulação e sociabilidade distinta, definida pelos pertencimentos sociorraciais e de gênero”. Dessa forma nem todas as crianças estavam submetidas a mesma situação, havendo uma diferenciação de tratamento, segundo a sua condição de classe. A nossa perspectiva ao estudar o conjunto de fotografias é deslocar o olhar de uma lógica adultocêntrica para buscar apreender a lógica infantil, onde a rua adquire outro significado.

Percebemos como a cidade foi se configurando de forma contraditória, por meio dos quais atravessamentos de ordem social, cultural e econômica produziram diferentes formas de apropriação do espaço público, onde o “direito à cidade” acabava não se concretizando para todos, inclusive com a invisibilidade de determinados grupos sociais para os quais eram negados direitos e participação na cidade (LEFEBVRE, 2001). As crianças, mesmo, tendo dificuldades de interação devido às normatizações impostas à cidade, a partir do período republicano, conseguiram desenvolver suas práticas sociais.

Conclusão

Dar chance à criança ao “direito à cidade” é a possibilidade de participação na vida cotidiana dela. É pensar que a (con)vivência intergeracional nos espaços urbanos também tem perspectiva educativa. A infância re(tratada) como pretende nossa investigação é a possibilidade de fazermos essa revisão de um passado recente buscando novos significados nas relações da criança com a cidade. Ao que tudo indica há indícios de que houve outras maneiras de se viver a(s) infância(s) na cidade e um novo conjunto de possibilidades para ser desvendado, e, que talvez ainda tenha passado despercebido.

Preliminarmente, concluímos que existiram diferentes formas de sociabilidades desenvolvidas entre as crianças e seus pares, como também nas relações entre crianças e adultos, nos espaços públicos da cidade que pretendem ser desveladas durante o desenvolvimento desta investigação, o que demonstra que as crianças viviam para além da convivência existente no ambiente doméstico e das instituições escolares. Também que sua existência demarca formas de resistências aos enquadramentos normatizadores da cidade republicana.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**: o direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016.

LOPES, Almerinda da Silva. **Memória aprisionada**: a visualidade fotográfica capixaba 1850/1950. Vitória: Edufes, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2017.

PAULILO, André Luiz. A cidade como programa: Escola pública e vida urbana na capital da Velha República. **História Social**, n. 21, segundo semestre, 2011.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Petrobras-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.